



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: ARTE, CULTURA E COMUNICAÇÃO

OS INSTITUTOS CULTURAIS AÇORIANOS: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA SOBRE A COMUNIDADE INTELLECTUAL

PARADA, Júlia

Mestranda em Sociologia, Cultura,

Universidade dos Açores,

juliamparada@gmail.com

Resumo

Numa perspetiva sociológica pretende-se analisar não só os dilemas e paradoxos da Comunidade Intelectual Açoriana, como o contributo sócio cultural destes através dos *Institutos Culturais Açorianos*.

Para apreender contributo cultural dos *Institutos Culturais Açorianos* na relevância social, torna-se importante estudar em paralelo a Comunidade Intelectual Açoriana, efetuando-se uma análise sócio histórica sobre a génese do próprio conceito de intelectual desde o *Affaire Dreyfus*. Ambicionando deslindar se os Institutos, e a Comunidade Intelectual que deles fazem parte, estabelecem sinergias com a sociedade, ou se, de forma implícita, permanecem como um nicho elitista, i.e., de resistência a uma “cultura de massas” que tende a prevalecer no “mundo da vida”.

Metodologicamente este estudo baseia-se numa análise de cariz misto, a análise dos documentos, conjugada com as entrevistas e o questionário contribuirá para depreender: *A Comunidade Intelectual pertencente aos Institutos Culturais Açorianos permanece como um nicho elitista ou é uma interveniente ativa na esfera pública Açoriana.*

Abstract

In a sociological perspective we will analyze not only the dilemmas and paradoxes of community Intellectual Azores, as the contribution of socio-cultural through the Azorean Cultural Institutes.

To understand the cultural impact of the Azorean Cultural Institutes on social relevance, it becomes important to study in parallel the Community Intellectual Azores, making it a socio-historical account of the genesis of the concept of intellectual since the *Affaire Dreyfus*. Aspiring to unravel the Institutes and Community Intellectual forming part of them, establish synergies with the company, or, by implication, remain as an elitist niche, ie, resistance to a “mass culture” that tends to prevail in the “world of life.”

Methodologically this study is based on an analysis of mixed nature, the analysis of documents, combined with interviews and the questionnaire will help to deduce: The Intellectual Community Cultural Institutes belonging to the Azorean remains an elitist niche or is a player active in the public sphere Azores.

Palavras-chave: Comunidade Intelectual; Cultura de elite; Cultura de massa; Institutos Culturais Açorianos

Keywords: Intellectual Community; Elite culture, Mass culture, Azorean Cultural Institutes

PAP 0790

Introdução

A presente comunicação baseia-se na investigação em curso para a Tese de Mestrado em Sociologia na Universidade dos Açores sobre: *Os Institutos Culturais Açorianos: Uma análise sociológica sobre a Comunidade Intelectual*. Visando: i) identificar as diferentes representações do Intelectual; ii) examinar as abordagens sociológicas sobre o papel da Comunidade Intelectual e a sua intervenção no espaço público; iii) desenvolver uma reflexão crítica sobre as estratégias de intervenção social dos referidos Institutos.

O melhor testemunho da Cultura e da Comunidade Intelectual na Sociedade Contemporânea é o debate sempre vivo e atualíssimo sobre a tarefa e responsabilidade dos Intelectuais nas múltiplas esferas públicas.

Para o estudo e análise sociológica sobre a Comunidade Intelectual Açoriana, servirá de base tanto a posição de Edward Said no que alude a *responsabilidade social do Intelectual* como a de Zygmunt Bauman no que diz respeito ao *Intelectual como legislador vs intelectual mediador/intérprete cultural*.

1. A responsabilidade sócio-cultural do Intelectual

A discussão sobre a responsabilidade social do Intelectual na esfera pública tem sido alvo de grande debate. Enquanto para E. Said (2000, p.35), o intelectual é um *outsider*, um perturbador do *status quo*, “não é nem um pacificador nem um criador de consenso mas alguém que empenha todo o seu ser no senso crítico, na recusa em aceitar fórmulas fáceis ou clichés prontos, ou conformações afáveis, sempre tão conciliadoras sobre o que os poderosos ou convencionais têm a dizer e sobre o que fazem.” Z. Bauman (2010) assevera na obra *Legisladores e Intérpretes*, que deixou de ser coerente questionar “*quem são os intelectuais?*”, e obter como resposta um conjunto de avaliações objetivas ou mesmo um exercício de terminologia. Noutras palavras, o sociólogo rejeita a representação do intelectual como legislador e anuncia um novo tipo de intelectual: o “pós-moderno”, o intelectual com a capacidade de interpretar os diferentes “jogos linguísticos” que emergem na esfera pública. Deste modo, apesar de possuírem distintas denominações, como atesta Bobbio (1997), os Intelectuais sempre existiram. Todas as sociedades possuem os seus detentores do poder ideológico, cujo papel muda de sociedade para sociedade. Os Intelectuais pertencem a um tempo e a um espaço, e as conjunturas em contextos específicos inegavelmente determinaram a tónica dos seus discursos.

Em cada espaço e tempo devido a Comunidade Intelectual emerge por um efeito articulado de mobilização e auto recrutamento. O significado premeditado de “ser intelectual” deve preocupar-se com as questões globais sobre a verdade, o juízo e o gosto da época. A linha que demarca “intelectuais” de “não intelectuais” é delineada pela decisão de fazer parte da sociedade de um modo específico.

2. A “cultura de elite”, a “cultura de massas” e a “cultura popular”

Na intenção de melhor se apreender as diversas conotações atribuídas ao termo cultura torna-se fundamental uma breve alusão a sua evolução histórica. Originariamente o termo era usado para mencionar o processo de formação da personalidade através da aprendizagem, a palavra cultura deriva do latim *Colere* que indica o ato de cultivar a terra. O termo é progressivamente ampliado em sentido metafórico até a cultura do “espírito”, ganha dimensões e abarca para além do cultivar das faculdades espirituais, o da língua, da arte, letras e ciências. Em meados do século XVIII com o Iluminismo o termo sofre um alargamento, passa a integrar o património universal dos conhecimentos e valores da história da humanidade. Neste período, afirma-se o conceito de *Civilidade* ou *Civilização*, que exprime o refinamento cultural dos costumes em oposição a pretensa barbárie das origens ou a dos povos considerados não civilizados. A ideia de civilidade é produto da transformação ocorrida no pensamento ocidental, a palavra francesa *civilisation* conotada com este novo sentido evoca o desenvolvimento das formas de cortesia, o controlo sobre as paixões e a violência que advém do desenvolvimento da cultura enquanto resultado de um movimento coletivo que permite a humanidade sair do estado primitivo. (Crespi, 1997). Partindo da ideia de refinamento da personalidade, a cultura transformou-se na enunciação das formas de conhecimento dominantes nas sociedades que se

formavam na Europa. Esse aspeto das preocupações com a cultura nasce assim inclinado para o conhecimento erudito ao qual só tinham acesso as classes dominantes. Esse conhecimento erudito opunha-se ao conhecimento da maioria da população, um conhecimento que se supunha insignificante, e que aos poucos passou a ser compreendido como uma forma de cultura, a cultura popular.

A persistente ambiguidade do conceito cultura é notório assim como é a ideia de que esta ambiguidade não deriva tanto da forma em que definem cultura como da incompatibilidade existente entre abundantes linhas de pensamento que se vão convergindo historicamente sobre o mesmo término (Bauman, 1999), daí existir certa dificuldade em definir o que é cultura (Burke, 2001). Uma das primeiras tentativas para a definição científica de cultura, ou de elaboração de um conceito capaz de delimitar de modo suficientemente rigoroso o âmbito dos fenómenos culturais enquanto objeto de estudo das ciências sociais foi formulado por Edward Tylor (1871 como citado em Crespi, 1997, p.13) que definia “*a cultura como conjunto de elementos que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, uso e quaisquer outras capacidades e costumes adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade*”. Na mesma linha de pensamento, Franz Boas (1964) define a cultura como a soma de reações e atividades mentais e físicas que exprimem o comportamento dos indivíduos que compõem um grupo social. Em conformidade encontramos em T.S.Eliott (1988) a ideia de que, cultura do indivíduo depende da cultura de um grupo ou classe, a cultura do grupo ou classe depende da cultura da sociedade a que pertence este grupo ou classe. Na perspetiva de Diane Crane (2002), a *Cultura* é definida amplamente para apreender, por um lado, as culturas que emergem através das interações sociais, tanto macro como micro e, por outro, as culturas que são propositadamente criadas por questões ideológicas, interesses étnicos ou para fins comerciais. Em concordância com os autores anteriormente referidos a proposta de Certeau (2003) consiste em que se pense a cultura no plural ao invés de percebê-la como um objeto natural ou como uma unidade, não há uma cultura de elite homogênea, assim como não há uma cultura popular oposta, também homogênea, compartilhada por classes sociais distintas. Os costumes e hábitos, modos de ser e modos de existir entrecruzam-se. Há um processo de circulação das práticas culturais entre os diversos grupos sociais.

Maria de Lurdes Lima (1988) faz um questionamento à volta de três noções de cultura, a *grande cultura*, *cultura popular* e a *cultura de massas*, onde estas deixam de ser uma expressão singular. As denominações de *cultura cultivada* e de *cultura popular* aspiram conservar-se como noções históricas, cada uma delas sendo um conjunto de elementos coesos, multiplicando-se para além do tempo como dois corpos de saber míticos (um dos «clássicos», outro do «povo»). Por sua vez a cultura de massas teria uma avaliação negativa pelo facto de não se aplicar os princípios da perenidade e a autenticidade. Neste contexto, Hannah Arendt (2000) adota o conceito de cultura como cultura de elite: as obras que duram e que poderiam ser consideradas culturais seriam as produzidas pelos artistas. Ao desejar qualificar a chamada *Cultura de Massas*, verifica que a verdadeira “ameaça” que representa para a cultura situa-se não precisamente na “massificação”, mas na sua carência compulsiva de remodelar todas as realidades culturais em bens suscetíveis de serem consumidos como lazeres; o que envolve a distorção das próprias realidades culturais. Na perspetiva de Edgar Morin (1998), a cultura de massa é constituída por uma vasta quantidade de informação que cresce abruptamente, mas que também se destrói com facilidade, transformando-se em «ruído». Devido a sua falta de estruturação oferece uma fraca possibilidade de reflexão, permanece como uma nuvem de informação não estruturada.

A categoria “cultura popular” é uma classificação erudita, produzida para separar as condutas situadas fora de um modelo tomado como referência que é o da “cultura erudita”, que se encontra relacionada tanto no passado como no presente às classes dominantes (Chartier, 1995). Posto isto, pode-se atestar que a cultura popular é duplamente determinada pelo conhecimento dominante, por um lado na formação do seu próprio universo de autenticidade, por outro é o conhecimento dominante que sentencia o que é cultura popular. As classes dominadas vivem em relação com as classes dominantes, partilham um processo social comum. Toda a realização cultural é consequência dessa vida comum, é produto dessa história coletiva. Esta é talvez a essência da questão da cultura na sociedade, desaba assim a ideia débil de que um fragmento tão essencial da sociedade possa ser vista como uma realidade isolada no plano cultural.

Considerando toda esta cifra de enunciados sobre a cultura pode-se ponderar que a cultura é uma dimensão do sistema social, da vida em sociedade, não diz respeito unicamente a um agregado de práticas e concepções, mas sim à totalidade dos aspetos da vida social.

Em suma, cultura é uma construção histórica, é um resultado coletivo da vida humana. Tal consagra-se não só à percepção da cultura, mas também à sua relevância, à apreciação que passa a ter. Aplica-se ao teor de cada cultura particular, produto da história de cada sociedade. Nada do que é cultural pode ser estanque, pelo facto de que a cultura faz parte de uma realidade onde a mudança é um aspeto elementar. Contudo, por vezes fala-se de cultura como se fosse um produto, um objeto com princípio e um termo, com particularidades delimitadas e um ponto final. A cultura é a dimensão da sociedade que abarca todo o conhecimento num sentido ampliado e todas as maneiras como esse conhecimento é exposto. É uma dimensão criadora, dinâmica fundamental das sociedades contemporâneas.

3. Institutos Culturais Açorianos

O arquipélago dos Açores como refere Eduardo Lourenço (1987 como citado em Almeida, 2011, p. 5) é um “... território e realidade singular no espaço de raiz e invenção portuguesas a que os séculos, a distância e os homens imprimem uma identidade particular.”

A formação de uma “pequena elite cultural” em confronto com a eclosão do liberalismo possibilitou o nascimento de uma literatura Açoriana. Apesar do contributo literário do Padre Gaspar Frutuoso que inseriu uma novela sentimental na sua crónica *Saudades da Terra* (séc. XVI), a realidade é que a ficção açoriana só no séc. XIX se afirmou e consolidou, visto que a obra do cronista tendo ficado inédita não criou uma tradição literária na região. Foi na imprensa que a cultura e as letras regionais encontraram a sua expressão e a sua legitimação na ausência ou precariedade de outras formas de difusão cultural, assumindo-se como o principal meio de difusão, funcionando como um instrumento com capacidade de estabelecimento e fixação de um sistema literário. As publicações da imprensa assumiram o papel de difusão cultural numa região desprovida de indústrias editoriais, devendo, igualmente, ser reconhecida à imprensa açoriana a responsabilidade na formação de um público leitor. Simultaneamente funcionou como forma de legitimação da literatura regional, visto que a imprensa procedia a uma seleção segundo critérios editoriais. “Os jornais sustentavam uma tradição de imprensa literária e cultural e eram usados como transportes de circulação de ideias e programas e neles se desenvolveu um regionalismo cívico e cultural...” (Reis-Leite, 2005, p. 49).

O facto de as mais salientes figuras intelectuais da época estarem ligadas à imprensa foi, sem dúvida, uma mais-valia que patenteou nos suplementos culturais açorianos grande qualidade jornalística e literária, contribuindo para o desenvolvimento da cultura e estímulo para a sua permanente criação, o que permitiu a manutenção de um elevado nível cultural nos Açores que se exprimiu no brotar de dezenas de jornais e revistas, um pouco por toda a Região, tornando-se um verdadeiro fenómeno em termos de produção jornalística e literária. (Teles, 2004) “No contexto cultural português, os Açores são um caso idiossincrático. Para quem vem de fora, é espantoso descobrir que as ilhas tiveram mais de 600 jornais e revistas diferentes ao longo da sua história...” (Almeida, 2011, p. 55).

Ao que se refere à cultura, a década de 50 e a primeira de 60 nos Açores são complexas e de abordagem difícil. Nos anos 50 nas ilhas não faltavam instituições culturais (academias, sociedades) movimentos mais ou menos efémero, onde promoviam conferências, saraus musicais e literários para deleite dos seus associados. Isto acontecia um pouco por toda a parte mas com um dinamismo superior na cidade de Angra e de Ponta Delgada onde existia um maior número de indivíduos aptos a estes encontros. Estes indivíduos pensavam que era hora de dar forma a todo o material, e sentido a estes movimentos locais a fim de os tornar numa verdadeira cultura, ou seja “numa mundividência racionalmente fundamentada.”

Nas palavras de José Enes (como citado em Lourenço, 1959, p. 276), “...Instituições não nos faltam; o que falta é às instituições a capacidade de efetuarem a tarefa imposta pela criação de uma cultura, ou seja, de uma mundividência racionalmente fundamentada, que, a partir da consciencialização científica das elites, molde a mentalidade e o comportamento dos povos”.

A criação dos Institutos atendeu à urgência de desenvolver a cultura geral das classes mais responsáveis da sociedade açoriana, criar um ponto de encontro, a nível regional, dos intelectuais dispersos e associados em associações de carácter local ou demasiado específico, criar o espírito de unidade regional, analisar e estudar os pressupostos do desenvolvimento económico e social do Arquipélago. Torna-se, deste modo, importante fazer uma breve alusão aos Institutos Culturais Açorianos, considerando as suas características deveras peculiares, os que os torna extremamente singulares.

3.1. Instituto Histórico da Ilha Terceira

Constituído em 1942 na cidade de Angra do Heroísmo fundou-se por iniciativa de 20 cidadãos, altamente representativos do escol intelectual de Angra, uma lista que elucida a elite intelectual do distrito, um grupo heterogéneo com trajetos políticos, sociais e culturais distintos mas que se agregavam e assumiam responsabilidades no campo da cultura. Foi eleito como primeiro Presidente Dr. Luís da Silva Ribeiro considerado uma autoridade auscultada e considerada pelos poderes públicos e académicos.

O Instituto pretende promover o estudo da história e das tradições das ilhas do distrito, garantir a proteção e a conservação do património artístico dos documentos e arquivos históricos assim como manter intacta a memória dos factos históricos e das tradições insulares, como consta nos seus *Estatutos*. “... que a sua atividade se exerça, predominantemente, no sentido da investigação histórica e etnográfica, por modo a se adquirirem novos conhecimentos e se verificar a exatidão dos factos já conhecidos.” (Ribeiro, 1943, p. 6). Para atingirem os fins que se propunham, organizaram um *Boletim* que seria o porta-voz do Instituto onde se irá divulgando os estudos e as reflexões dos sócios.

Em 1952, no primeiro decénio da vida do Instituto havia fundado o Museu de Angra (1948) e o Arquivo Distrital (1949) a que se veio juntar, em 1954, uma biblioteca que integrou a «Municipal». Estas duas novas instituições eram o corolário de um programa cultural das Juntas Gerais inspirado e impulsionado pelo Instituto. Em dez anos a renovação dos sócios efetivos foi praticamente nula, foi através de sócios honorários que se criara contacto com nomes sonantes da intelectualidade insular não residentes na Terceira, como Vitorino Nemésio, logo em 1944, e dos micalenses José Bruno Carreiro, Luís Bernardo de Ataíde e Rodrigo Rodrigues, em 1945, que davam uma noção de unidade entre açorianos pelos laços da cultura. (Reis-Leite, 2005).

Luís Ribeiro soube imprimir, pela sua forte personalidade, uma orientação muito vincada de açorianismo ao *Boletim do Instituto Histórico* durante a sua direção que durou até à sua morte, em 1955. O *Boletim* tinha-se transformado numa prezada revista científica entre prestigiadas instituições nacionais e estrangeiras. (Lima, 1982). O açorianismo realçava-se pelos estudos etnográficos e pelos estudos históricos. Pela via da etnografia formava-se a tese de que os açorianos mergulhavam as suas raízes no Povo Português, e pela insularidade tinham criado a identidade própria de uma espécie de «Portugal requintado». Pela história criava-se uma escola historiográfica, regionalista, exaltadora dos heróis e dos factos açorianos na grande façanha portuguesa dos descobrimentos.

Com a morte de Luís Ribeiro, em 1955, foi eleito presidente José Agostinho, nome não menos prestigiado no panorama cultural açoriano, nacional e internacional, colaborador assíduo do boletim. Contudo os tempos mudavam, os sócios fundadores envelheciam, a sua colaboração diminuía, a renovação dos sócios era lenta e por esta via perdia-se a adesão a um programa cultural que havia sido a glória da instituição. O *Boletim* não deixa, durante a presidência de José Agostinho que durou até 1975, de conter relevantes trabalhos, mas perdeu a unidade e a capacidade de liderança cultural que evidenciara anteriormente.

Em 1976, assumiu a presidência Manuel Baptista de Lima e deu-se um momento de renovação do Instituto que se traduziu na admissão de novos sócios e no recuperar o interesse pela preservação e valorização do património construído dos Açores. Por outro lado, a criação dos órgãos de governo próprios da Região e, nomeadamente a Secretaria Regional da Educação e Cultura, que lançou uma política de apoio e colaboração com as instituições culturais privadas, e ainda a criação do Instituto Universitário dos Açores (Universidade dos Açores a partir de 1980), em que o Departamento de História foi dos primeiros a desenvolver-se,

permitiram um clima de colaboração que muito beneficiara o Instituto Histórico. São de realçar duas linhas de programação; a preparação teórica e científica da candidatura da cidade de Angra do Heroísmo a património cultural que foi elaborada pelo Instituto e por delegação do Governo Regional em 1983; o Colóquio Internacional «*Os Açores e o Atlântico*», em colaboração com a Universidade, em 1983 seguida em 1987, 1990 e 1993 que reuniu em Angra do Heroísmo um destacado grupo de investigadores nacionais e estrangeiros. As reuniões científicas, sob forma de colóquios e seminários, tiveram continuidade, todas elas marcadas pelo espírito de uma investigação renovada e de uma historiografia comparativa das várias sociedades insulares atlânticas. (Reis-Leite, 2005).

Em 1984 assumia a presidência do Instituto Histórico Álvaro Monjardino e a sua presidência foi um período áureo de renovação e de desenvolvimento. Os boletins desta época refletem rigorosamente tais acontecimentos. Organizaram-se colóquios de relevante interesse: "Os impérios do Espírito Santo e a simbólica do Império." (1984); "Uma reflexão sobre Portugal" (1994). Em 1985, foram reformulados os *Estatutos* e o regulamento interno de maneira a adaptá-los à nova realidade.

O Instituto teve um papel relevante no despertar, preservar, valorizar e pôr ao serviço da sociedade um património que é elemento fundamental da identidade açoriana, assim como no seu contributo para com outras instituições no desenvolver estudos históricos sobre o passado insular. É ainda de realçar dos programas do Instituto a publicação de textos fundamentais da historiografia clássica açoriana, nomeadamente a "Fenix Angrence" do padre Manuel Luís Maldonado e "Apontamento para a História dos Açores" de Francisco Ferreira Drummond.

3.2. Instituto Cultural de Ponta Delgada

Definido como uma sociedade de labor literário, científico e artístico foi fundado a 3 de Dezembro de 1943, pela vontade de um grupo de personalidades que se destacaram no panorama cultural açoriano, tendo como 1º Presidente Dr. Humberto de Betencourt.

No dia 24 de Novembro de 1943 a Junta Geral recebeu um ofício do governador em que anunciava: A organização em Ponta Delgada de uma Sociedade de Estudos cujos fins essenciais se prendiam com o problema do espírito Açoriano afigurando-se de máxima utilidade, podendo vir a auxiliar a Junta no uso das suas atribuições de educação e cultura, uma vez que visava projetar a edição de várias obras relativas à história, à arte e à etnografia do distrito e a publicação periódica de um boletim de estudos. (Rodrigues, 2005).

No dia 17 de Abril de 1944 a direção deliberou dar o nome de *Insulana* ao boletim, *Órgão do Instituto* que é a alma e o rosto do Instituto, correspondendo ao cumprimento dum dos princípios básicos e, principal, do plano de trabalho, imposto à sua Direção pelo estatuto com que este organismo se fundou, versando a difusão da cultura açoriana nas suas diversas atividades: historiográfica, etnográfica, toponímica, literária, poética, teatral e tudo o que, de uma forma geral, diga respeito aos Açores. (Rodrigues, 2004).

Pela leitura do primeiro livro de atas das reuniões da direção do Instituto, temos a noção da importante obra realizada por esta instituição que, servida por uma elite intelectual, teve um papel relevante na vida social e cultural do distrito de Ponta Delgada. Uma das primeiras e mais importantes iniciativas do Instituto foi tomada a 10 de Janeiro de 1945 relatada na ata da reunião da direção desse dia a fim de tomarem uma decisão para a execução de um teatro nesta cidade, falta cultural que muito se fazia sentir. Outra importante iniciativa do Instituto Cultural tomada na mesma altura foi a deliberação de que a direção diligenciasse perante o Governador Civil e a Junta Geral a compra por parte desta da importante «Biblioteca José do Canto» e a sua incorporação na Biblioteca Pública de Ponta Delgada. Estas duas iniciativas, que acabaram por se realizar, enriqueceram de tal forma o património cultural da cidade, que justificaram o galardão (Medalha de Mérito) que, em 2003, a Câmara Municipal de Ponta Delgada, atribuiu ao Instituto Cultural de Ponta Delgada. (Rodrigues, 2005).

O Instituto Cultural mostra ao longo da sua história, um grande empenho no contacto com pessoas e instituições, nacionais e estrangeiras, com atividade cultural, não só com a intenção de divulgar as suas obras, particularmente o seu boletim, a *Insulana*, mas, sobretudo, com o objetivo de dar a conhecer os Açores ao mundo. Tem sido também uma das suas preocupações a procura constante de relações privilegiadas com as outras instituições culturais açorianas, pretendendo uma colaboração frutuosa, designadamente no sentido de uma maior compreensão e unidade entre as Ilhas. Apesar das dificuldades não se coibiram de manter um papel de relevo no seio da sociedade do distrito de Ponta Delgada, que, sob a administração de pessoas de reconhecida capacidade intelectual e cultural, continua a desempenhar a sua benéfica ação cultural mantendo a sua brilhante ação editorial, a publicação da revista *Insulana* como se comprova pela qualidade e quantidade de obras publicadas, algumas indispensáveis para o conhecimento da história dos Açores. (Rodrigues, 2004).

Vencidas as dificuldades, o Instituto Cultural de Ponta Delgada continua a sua ação cultural, adaptando-a aos tempos atuais, mas fiel aos objetivos que foram definidos quando da sua fundação: i) promover o desenvolvimento de estudos e trabalhos que possam contribuir para a conservação e engrandecimento do património espiritual; ii) manter a publicação regular de uma revista; iii) editar a publicação e divulgação de trabalhos inéditos, de reconhecido mérito e interesse social. (Rodrigues, 2005).

3.3. Núcleo Cultural da Horta

O Núcleo Cultural da Horta (NCH) foi fundado em 1954 em resposta às necessidades e exigências da sociedade faialense, tendo como competências estatutárias promover ou patrocinar estudos históricos, etnográficos, linguísticos e científicos, relativos ao Arquipélago dos Açores e, em especial, às ilhas do Distrito da Horta; promover a publicação ou divulgação de trabalhos culturais, de reconhecido valor; e promover ou patrocinar outras manifestações culturais de várias naturezas, compatíveis com a atividade do Núcleo, mantendo sempre, uma relevante ação cultural, que inclui a edição do Boletim do Núcleo Cultural da Horta que é considerado como a sua principal atividade, o seu «rosto», e de múltiplas obras avulsas. (Pereira, 2005).

Desde a sua fundação, onde teve como primeiro presidente José Osório Goulart que o NCH tem desempenhado um papel relevante na intervenção cultural destas ilhas, alternando períodos de maior atividade com outros de algumas dificuldades, pautando a sua intervenção pelo registo dominante da irregularidade na sua presença e atividade, visíveis nos períodos de ausência do Boletim, O primeiro número do Boletim foi editado em 1956, onde colaboram os mais distintos nomes da intelectualidade faialense e açoriana. Ao longo dos números publicados rasam temas e assuntos muito diversos que abrangem várias áreas que vão desde a História, o Folclore, a Etnografia e o Artesanato até às Ciências Naturais. A publicação do Boletim manteve-se regular até 1963 a partir de então torna-se irregular, acabando mesmo por perder a sua periodicidade anual em 1965. O Núcleo volta a periodicidade anual em 2004 com o número 13 sob a responsabilidade editorial de Luís Arruda, é um ano de transição para uma nova série que inicia em 2005, ano do seu cinquentenário, passando a existir um *Tema* em cada ano que constitui o primeiro espaço do Boletim, mantendo uma secção, denominada *Vária*, onde são acolhidos artigos sobre outras matérias, e um espaço de Revista de Livros, recenseando as publicações feitas nos Açores ou que a estas ilhas interessem. (Arruda, 2004).

Em 1993, em colaboração com a Casa de Cultura da Horta, iniciou-se aquela que terá sido uma das mais relevantes iniciativas do NCH: a realização, do Colóquio «*O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*», conhecendo três edições (1993, 1997 e 2002), dando um importante contributo para a divulgação e conhecimento da História dos Açores e ganhando já lugar próprio nos eventos do género que se realizam nos Açores.

Reconhecendo a sua atividade e o papel desempenhado no desenvolvimento cultural da ilha do Faial, em 2006, o NCH foi declarado Pessoa Coletiva de Utilidade, foi-lhe atribuída, também, a Insígnia Autónoma de Mérito (categoria de Mérito Cívico) no ano de 2007.

O presente do NCH é determinado por três dificuldades: i) manter uma periodicidade regular; ii) instalações próprias; iii) financiamento regular. Assim como o de encontrar o seu lugar no conjunto das instituições culturais dos Açores, essa reflexão depende do próprio Núcleo, do seu dinamismo interior e da capacidade dos seus associados e corpos dirigentes em perceber o tempo presente e as aspirações da comunidade em que se insere, procurando, a partir daí, agir em conformidade. (Pereira, 2005).

3.4. Instituto Açoriano de Cultura

Designado abreviadamente por IAC, é fundado em 1955 por professores do Seminário de Angra, alguns formados no estrangeiro com uma visão moderna e renovadora da sociedade do pós-guerra, ao regressarem à sua atividade neste estabelecimento de ensino, agregam os objetivos que estão na base da fundação do IAC; “...*fomente e oriente a cultura geral das classes superiores da nossa sociedade.*” (Lourenço, 1956, p. 55). Constituir um ponto de encontro a nível regional dos intelectuais dispersos em associações de carácter local, criar o espírito de unidade regional, analisar e estudar os pressupostos do desenvolvimento económico e social do Arquipélago. Os fins e natureza do IAC são: “a) Estimular e desenvolver a cultura geral; b) Promover reuniões e conferências em que ventilem problemas culturais; c) Publicar uma revista, órgão do Instituto, e possivelmente, outros trabalhos de interesse cultural.” (Lourenço, 1956, p. 56).

Na perspetiva de Jorge Bruno (2005) para se compreender a intervenção cultural do IAC na sociedade açoriana é de extrema importância realizar uma análise das primordiais fases por que passou ao longo dos seus anos de existência.

Uma primeira fase (1956-1978) tendo como Presidente Monsenhor José Machado Lourenço, onde se verificou uma verdadeira dinâmica de inovação e modernidade, manifestada através das *Semanas de Estudos* (1961-1966) tendo como principal objetivo a consciencialização dos problemas açorianos. Estas realizavam-se alternadamente em cada uma das três capitais de distrito, as três cidades não se confundem e a unidade açoriana baseia-se na variedade.

O IAC gera todo o seu dinamismo cultural através da revista *Atlântida*, confirmada e projetada desde os primeiros tempos, visava constituir o expoente máximo da intelectualidade dos membros do Instituto, a revista veio enriquecer o espólio científico e literário. Monsenhor José Lourenço fixa a sua orientação nos editoriais que expõem o sentido sobre o papel do Instituto no espaço da sociedade açoriana, devido a este testemunho existe um acesso ao pensamento que orientou a vida desta instituição, deparamo-nos com princípios estruturantes que desde sempre nortearam o IAC: “o Instituto não é de Cultura Açoriana mas Açoriano de Cultura. Não queremos fazer açorianismo, mas açorianidade. O nosso espírito é universal e universalista. Tudo o que é açoriano é nosso, mas tudo o que é humano é açoriano.” (Lourenço, 1956, p. 54).

A segunda fase da vida do IAC compreende-se entre 1978-1985 ainda com um professor do Seminário, Monsenhor Augusto Manuel Arruda Cabral, que soube conduzir a necessária transição entre um IAC gerado e crescido no seio do Seminário Maior de Angra e um IAC instalado e sustentado na sociedade civil terceirense. “... chegara a hora da sua renovação. Renovação dos Estatutos e transfusão de sangue que permitisse, pela entrada de novos sócios, um retomar do alento inicial...”. (Forjaz, 1978, p.7). Sobre os originais estes Estatutos refletem a preocupação de divulgar a ação do IAC assim como pôr-se culturalmente ao serviço do povo açoriano. Esta fase é abalada pelas profundas transformações que atinge a sociedade terceirense na sequência do violento sismo de 1980. A reconstrução que se lhe seguiu é o tema da única *Semana de Estudos* (1983) que o IAC consegue realizar neste período.

A terceira fase do IAC começa em 1985 com uma nova direção, sendo Presidente José Guilherme Reis-Leite, esta fase caracteriza-se pela consciência da urgência de adequar esta instituição aos tempos que correm. Realizam-se duas *Semanas de Estudos* que recuperam a sua regularidade e inaugura uma nova linha temática: i) *A Autonomia como fenómeno Cultural e Político*; e ii) *Conhecimento dos Açores através da Literatura*. Reis Leite conduz os destinos do IAC até ao início da década de 90 momento a partir do qual Jorge Augusto Paulus Bruno assume a Direção até ao ano de 2009.

Em 1992 o IAC elabora uma revisão dos estatutos onde extinguiu a referência de que era uma *associação cultural de inspiração cristã*, tornando-o, deste modo, certamente mais abrangente e universal. Em 1993, realiza uma sessão solene de homenagem aos seus sócios fundadores estava a libertar-se das últimas correntes que o amarrava aos seus tempos inaugurais e a atestar a vontade de um rumo próprio que já Reis Leite havia começado a traçar. A partir de então o IAC tem pretendido conquistar um espaço cultural não só na ilha Terceira mas em todo o arquipélago, tornando-se uma potência no decurso da construção de uma identidade cultural açoriana e um participante ativo no fomento e desenvolvimento desta Região, o IAC procura compor um novo projeto cultural lógico e de acordo com as dinâmicas sócio-culturais dos novos tempos.

O cunho deste projeto cultural assenta na clareza da urgência de uma intervenção cultural voltada de maneira determinante para o tempo atual e para um projeto de Cultura nos Açores e não apenas de Cultura Açoriana. O IAC ajustou-se ao tempo, contudo estes ajustes não se fizeram com mudanças ou alterações bruscas que poderiam provocar ruturas, em resultado desta renovação progressiva, a revista *Atlântida*, que desde 1956, sempre se publicou com a imagem gráfica dos anos cinquenta e um largo espectro temático avulso, dá espaço a uma outra, no ano de 2000 surge uma (*Nova*) *Atlântida – Revista de Cultura*, atraente e graficamente delicada, onde um conteúdo particularmente no domínio das artes e das letras emerge bem distribuído e atrativo.” Procura-se transformar a *Atlântida* numa revista mais aberta, mais pluralista, isenta de quaisquer clientelismos culturais e mas abrangente.” (Bruno, 1998, p.7).

Neste período dá-se início a um relevante e pioneiro projeto, de verdadeira dimensão regional, em resultado de uma parceria com o Governo Regional dos Açores, *O Inventário do Património Imóvel dos Açores*. Assim como um colóquio internacional realizado em 2007, subordinado ao tema «*O Liberalismo nos Açores: do Vintismo à Regeneração – o Tempo de Teotónio de Ornelas Bruges (1807-1870)*»; e ainda a publicação, em finais de 2007, de uma *História dos Açores*, sob a direção científica de dois professores catedráticos.

Em 2009 assume a direção do IAC Paulo Alexandre Raimundo, estamos perante um período de firmeza, progridem os projetos anteriormente iniciados, realizam-se vários colóquios entre eles; em 2009 “*Evolucionismo, Darwin e os Açores*”; em 2010 “*Utopia e Insularidade*”, nesse mesmo ano O IAC associando ao Núcleo da Universidade dos Açores do Centro de História de Além- Mar realiza um colóquio internacional de grande prestígio intitulado “ *O Atlântico Revolucionário: Circulação de ideias e de elites no final do Antigo Regime.*”

Considerações Finais

O hibridismo entre as três noções de cultura é intenso e irreversível, contudo continua a existir a urgência de questionar estas noções e as intensas alterações que esta sociedade, cada vez mais mediatizada com novas formas de comunicação, virá a produzir no espaço cultural. A guisa de uma análise realizada através da documentação consultada pode-se auferir que o espaço dos Institutos Culturais Açorianos não deverá ser nem o da cultura popular, nem o do eruditismo elitista, mas sim, um espaço ativo, híbrido, enérgico e dinâmico. A continuidade dos Institutos de Cultura na sociedade onde se inscrevem advém do maior ou menor envolvimento que adquirem nessa mesma sociedade, para tal não devem estar de portas fechadas mas sim abertas, aspirando efetuar um papel proeminente e atuando no sentido de uma efetiva “democracia da cultura” (Teixeira, 2007). Reconhecendo-se aos Institutos Culturais Açorianos o seu papel no desenvolvimento e promoção da cultura, seu precioso contributo para a pluralidade cultural e democratização do saber e do conhecimento, não faz sentido outra política e outro rumo que não seja o da imprescindível cooperação entre os próprios institutos. É de realçar que este trabalho é o resultado de uma investigação de mestrado em curso para a qual ainda existem diversas questões em aberto: i) Qual a relevância dos Institutos na cultura Açoriana? ii) Que cultura os Institutos devem exercer para uma maior aproximação à comunidade Açoriana? iii) Que transformações terão os Institutos que efetuar para acompanhar as mudanças culturais?

Referências Bibliográficas

- Almeida, Onésio(2011). *Açores, Açorianos, Açorianidade – um espaço cultural*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura
- Arendt, Hannah (2000). A crise na cultura: sua importância social e política. *Entre o passado e o futuro*. (pp. 249-281). S. Paulo: Perspectiva.
- Arruda, Luís (2004).Apresentação. *Boletim doNúcleo Cultural da Horta*, 13, 9-10.
- Bauman, Zygmunt(1999). *La cultura como praxis*. Barcelona: Edições Paidós Ibérica, S.A
- Bauman, Zygmunt (2010). *Legisladores e intérpretes: sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Boas, Franz (1964). *Cuestionesfundamentales de antropologia cultural*. Buenos Aires: Solar/Hachete.
- Bobbio, Norberto (1997). *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP.
- Burke, Peter (2001). *Variedades da história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Certeau, Michel (2003). *A cultura no plural*. Campinas: Papyrus,
- Chartier, Roger (1995). Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico. *EstudosHistóricos*, 8 (16), 179-192.
- Crane, Diane(2002). “Cultural globalization from the perspective of the sociology of culture”.Colloque International sur les Statistiques Culturelles. Recuperado em 20 de Abril, 2011, http://www.colloque2002symposium.gouv.qc.ca/PDF/Crane_paper_Symposium.pdf
- Crespi, Franco (1997). *Manual de Sociologia da cultura*. Lisboa: Editorial Estampa
- Eliot, T.S. (1988). *Notas para uma definição de cultura*.São Paulo: Perspectiva
- Forjaz, Jorge (1978). Primeiras palavras. *Atlântida. Órgão do Instituto Açoriano de Cultura*, 44, 7-812, 7-8.
- Lima, Manuel (1982). Instituições Culturais devidas à acção do Instituto Histórico da Ilha Terceira (Projectção do Pensamento do Doutor Luís Ribeiro). *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, 40, 7-17.
- Lourenço, José (1956). Estatuto do Instituto Açoriano de Cultura. *Atlântida. Órgão do Instituto Açoriano de Cultura*, 44, 7-8, 1, 55-58.
- Lourenço, José (1959). A Cultura Açoriana. *Atlântida. Órgão do Instituto Açoriano de Cultura*, 44, 7-8 6, 275-278.
- Morim, Edgar (1998). *Sociologia: a Sociologia do microsocial ao macroplanetário*. Mem-Martins: Publicações Europa-América, Lda.
- Paulus Bruno, Jorge (1998). Nova Atlântida. *Atlântida. Órgão do Instituto Açoriano de Cultura*, 44, 7-8.
- Paulus Bruno, Jorge (2005). Instituto açoriano de cultura – Um projecto em permanente actualidade. *Boletim doNúcleo Cultural da Horta*, 14,13-22.
- Pereira, Jorge (2005). No Cinquentenário do Núcleo Cultural da Horta. *Boletim doNúcleo Cultural da Horta*, 14, 57-73.
- Reis Leite, José (2005). Instituto Histórico da Ilha Terceira. *Boletim doNúcleo Cultural da Horta*, 14, 45-55.
- Ribeiro, Luís (1943). Alocução do Presidente do Instituto. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, 1, 1-6.
- Rodrigues, Henrique (2004). Editorial. *Insulana. Órgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada*, 60, 3-5.

- Rodrigues, Henrique (2005). Instituto Cultural de Ponta Delgada. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 14, 23-44.
- Said, Edward (2000). *Representações do intelectual: As palestras de Reith de 1993*. Lisboa: Colibri.
- Santos, M.Lima dos (1988). Questionamento à volta de três noções (a grande cultura, a cultura popular, a cultura de massas). *Análise Social*, 24, 629-702.
- Teles, Reinaldo (2004). A revista Insula uma leitura. *Insulana. Órgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada*, 60, 127-141.
- Teixeira Lopes, João (2007). *Da Democratização à democracia cultural: uma reflexão sobre políticas culturais e espaço público*. Porto: Profedições, Lda.